

O “fascismo à brasileira” na mídia e a pandemia¹

Itamar Aguiar²

RESUMO

A pesquisa se baseou no livro do professor, escritor e cineasta italiano Mário FIORANI, intitulado “Breve História do Fascismo” (1963), que estabelece o vínculo entre o conceito clássico de Fascismo com o Integralismo de Plínio Salgado, que vários autores relacionam ao bolsonarismo no Brasil, fenômeno político de extrema-direita, que eclodiu com a ascensão ao poder de Jair Messias Bolsonaro. A discussão ganhou novos contornos a partir da acusação de “genocídio” dirigida ao governo de Bolsonaro, devido a sua política implementada durante a crise sanitária da Covid-19 no País. O estudo é fruto de levantamento de dados a partir de abril/maio de 2020, com base na literatura sobre o fascismo. Além da análise de documentos oficiais, pesquisas acadêmicas e material empírico sobre as contingências da pandemia brasileira publicados pela imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo; genocídio, pandemia, Covid-19; mídia.

Introdução

O estudo foi inspirado no material empírico publicado pela imprensa nacional e estrangeira, a exemplo do Caderno Ilustríssima e o caderno de Opinião da Folha de São Paulo, além de material jornalístico de periódicos estrangeiros editados no Brasil, como o jornal El País, Le Monde Diplomatique Brasil, etc. A pesquisa tem caráter qualitativo, e tem como pano de fundo o livro de Mario FIORANI, Breve História do Fascismo. Ele estabelece o vínculo entre o conceito clássico de Fascismo com o Integralismo de Plínio Salgado, que vários autores relacionam ao bolsonarismo no Brasil. O Integralismo permanece como ideia, e o Sigma é resgatado como diretriz para a sua reorganização na atualidade.

Assim, com base na literatura sobre o tema, foi possível discutir as características daquilo que estamos chamando de “o fascismo à brasileira”, de acordo com a expressão

¹Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Obs.: O artigo é resultado da pesquisa apresentada no Seminário Internacional “Contingências da Pandemia gerada pelo Covid-19 nas Sociedades Contemporâneas”, promovido pela Universidade de Lisboa (SOCIUS/CSG ISEG-Ulisses), em parceria com FACE/UFG, UFSM e UFRJ, nos dias 18, 19, 22 e 23 de fevereiro de 2021 (modalidade virtual).

²Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política (UFSC) e pesquisador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI).

cunhada por um conjunto de intelectuais da USP. Além disso, FIORANI também traz à luz alguns dilemas do fascismo, cujas ideias estão presentes na literatura sobre a atualização do conceito no contexto da pandemia brasileira. A discussão ganhou novos contornos a partir da acusação de “genocídio” dirigida ao governo de Bolsonaro, devido a sua política governamental implementada durante a crise sanitária do coronavírus no País.

Deste modo, resgatamos a origem histórica do termo genocídio com base na pesquisa de Abdias do Nascimento em sua obra “clássica” O Genocídio do Negro Brasileiro (1978). Ideia retomada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, e por outros intelectuais brasileiros e estrangeiros durante a pandemia, que ganhou a esfera pública. O debate em torno do genocídio foi incorporado ao linguajar comum e está presente tanto nos protestos de rua bem como na cobertura jornalística.

Portanto, a analogia que fazemos com o fascismo é o fato de que a pandemia da Covid-19 no Brasil aparenta a “ocupação” da tirania, representada por um governo de perfil fascista e genocida de Bolsonaro. Ele pareceu agir de maneira deliberada na disseminação do coronavírus, verdadeiro pária internacional. Sempre demonstrou desprezo em relação aos milhares de vidas perdidas para a pandemia. E nenhuma empatia para com as famílias das vítimas.

1.O genocídio e a necropolítica

Em nossa pesquisa, nós chegamos ao conceito de genocídio, que permite não só compreender as contingências da pandemia gerada pelo Covid-19 no Brasil, como também estabelecer um elo de ligação entre o que chamamos de “fascismo à brasileira” e algumas das principais características do fascismo clássico. O ministro Gilmar Mendes do STF (Supremo Tribunal Federal) foi a primeira autoridade de expressão nacional a utilizar o termo genocídio, ao fazer duras críticas à ocupação de militares em postos de comando no Ministério da Saúde em meio à pandemia do novo coronavírus, em funções antes exercidas por quadros técnicos civis. A fala gerou grande reação no meio militar e ganhou a esfera pública.

Mas essa categoria de análise não é nova na historiografia brasileira. Ela foi formulada por Abdias do Nascimento em sua obra clássica O Genocídio do Negro Brasileiro (1978), e por alguns autores posteriores. O termo aparece em BOBBIO (1986),

e na perspectiva de Abdias, podemos citar como exemplos: GUIMARÃES (2002), POWER (2004), DOMINGUES (2007), VARGAS (2010), SANTOS FILHO (2016), ALVES (2017) e RAMOS (2019). Já no contexto da pandemia, o termo reaparece com o mesmo sentido clássico dado por Abdias, conforme defendido por Elisa Larkin Nascimento (2020), e acrescido do sentido contemporâneo conforme a formulação de Raphael LEMKIN (1944), para indicar a destruição em massa de um grupo étnico, assim como todo projeto sistemático que tenha por objetivo eliminar um aspecto fundamental da cultura de um povo. O termo “genocídio” como conceito pronto e aceito não existia antes de 1944 e ele foi criado por LEMKIN especificamente para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais e/ou religiosos. Nesta perspectiva, vide os trabalhos brasileiros (2021), respectivamente, de STEDILE, FONTANA, RODRIGUES, bem como de VENTURA, AITH e REIS, entre outros.

Na obra “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado”, Abdias do Nascimento defende a tese de que o caráter do genocídio brasileiro indica um processo distinto daquele tido como ato, aquele que nos faz supor o senso comum nutrido pela historiografia oficial e pela memória do nazismo. No Brasil não se apelaria a uma solução final, mas em investidas sistemáticas e de longa duração, pois revestidas por uma discursividade de harmonia. Tanto é assim que Abdias vai nomear o genocídio como um processo, já no título do livro, e não evita entrar em fatos que envolvem ações mais violentas por parte do Estado, como a violência policial legal ou o encarceramento em massa. “Essa face mais aguda da exclusão social da população negra associada à noção de genocídio foi utilizada pelo movimento negro somente 30 anos após o primeiro lançamento do livro de Nascimento” (RAMOS: 2019).³ Dessa vez, já em tempos de políticas de igualdade racial, a ideia de genocídio veio aparecer nem como ato, nem como processo, mas como um conjunto de ação que se renovam, se espraiam e se adaptam. “Em outros termos, a ideia de genocídio vai ser ligada à ideia de sistema que concatena violência letal e racismo”⁴, conclui o mesmo autor.

³Cf. Paulo César Ramos, Resenha “NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016”. Teresina (PI) Revista Conexão Política, v. 8, n. 1, 93 – 95, jan./jun. 2019.

⁴Cf. Paulo César Ramos, Resenha “NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016”. Teresina (PI) Revista Conexão Política, v. 8, n. 1, 93 – 95, jan./jun. 2019.

Esse é o sentido dado pela escritora, socióloga e psicóloga, Elisa Larkin Nascimento (ex-esposa de Abdias), ao analisar a violenta falta de ação diante do coronavírus no Brasil pelo governo Bolsonaro. De acordo com Larkin Nascimento, “é genocídio, sim, e o genocídio não é uma hipérbole. É crime previsto no Tratado de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, ratificado pelo Brasil pelo Decreto 42.121 de 1957, portanto dispositivo da lei nacional. É crime previsto no Artigo 208 do Código Penal Militar do Brasil. Crime que deve ser rigorosamente punido”.⁵ Segundo ela, a palavra “genocídio” chocou o público brasileiro há 42 anos quando foi usada pela primeira vez por Abdias, assim como hoje seu uso pelo ministro Gilmar Mendes ocasionou uma revolta entre militares. “Foi o termo correto, técnico, para o que acontece hoje: o extermínio de populações. Aos índios se nega água potável via canetada. Às famílias que perderam 84 mil [Brasil já teve mais de 500 mil] entes queridos mortos por Covid-19 se nega empatia ou mesmo o reconhecimento de sua dor”, diz Larkin. E acrescenta: “À população negra (preta e parda) - para quem o coronavírus é três vezes mais letal - se nega a dignidade humana das mais diversas formas, desde a violência policial até os matizes nada sutis de corriqueiras expressões cotidianas”.⁶

Nestes termos, FONTANA afirma que “genocídio não precisa ser necessariamente a aniquilação imediata de um povo, de um segmento dele, ou de uma inteira nação”.⁷ (O Brasil ocupou o segundo lugar em número de mortes por Covid; sem contar que o governo estimula a ocupação predatória e ilegal da terra dos povos originários, ameaçando-os de extermínio pela destruição de seus meios de vida, o que se aproxima de um “etnocídio”). Para o autor, “pode significar um plano coordenado, ou antes uma total descoordenação, e este parece ser o caso em tela. Pois não apenas não há um plano nacional para fazer frente a pandemia, como há, em seu lugar, uma deliberada sabotagem a tal providência”. O que torna antes Bolsonaro um caso clamoroso de desgoverno, cujas intenções, atos, ações e inações convergem para a desintegração política. “Ele ultrapassou todos os limites, afrontou a ciência, promoveu a desinformação, propagou charlatanice quanto a prescrições de medicamentos, estimulou desobediência com respeito às condutas prudenciais recomendadas pela OMS, seguidas e praticadas e

⁵Cf. Elisa Larkin Nascimento, “Violenta falta de ação diante do coronavírus é genocídio, sim; isso é crime”, Colaboração para Univera/Portal UOL, de 24/07/2020.

⁶Cf. Elisa Larkin Nascimento, “Violenta falta de ação diante do coronavírus é genocídio, sim; isso é crime”, Colaboração para Univera/Portal UOL, de 24/07/2020.

⁷Cf. FONTANA, Remy J., Portal A Terra é Redonda, “Jair Bolsonaro e a hipótese (ou aposta) genocida”, de 01/03/21. Fonte: <https://aterraeredonda.com.br/a-condicao-pandemica/>. Acesso: 01/03/21.

mesmo impostas pelos governantes da maioria dos países”, destaca. E considera que há uma dimensão de maior amplitude, dado pelo seu alinhamento incondicional às tendências obscurantistas e negacionistas com respeito à ciência e aos valores civilizatórios. “O seu centro irradiador fascistizante era o governo Trump, do qual o governante brasileiro era um fanático imitador e servil seguidor”⁸, conclui o autor.

2. O “fascismo à brasileira”

A “Breve História do Fascismo”, a despeito da implícita modéstia de seu título, é breve apenas no que se refere a aspectos materiais, sendo substancioso, documentado, esclarecedor e estimulante pelo seu conteúdo para pensarmos o Brasil do governo Bolsonaro e a sua política genocida durante a pandemia. Segundo FIORANI, “os grandes movimentos políticos não surgem espontaneamente, sendo antes gerados por condições preexistentes e dinamizados por golpes de audácia e sentido de oportunidade que possuam seus líderes”.⁹

Para FIORANI, estudioso de temas políticos (ele residiu no Brasil por muitos anos), há o fenômeno do fascismo, todas as vezes que o capital financeiro, em colaboração com as outras forças reacionárias, e escondido atrás da fachada de qualquer movimento, partido ou facção, e em geral em nome dos mais altos ideais de “pátria, família, religião e trabalho”, aproveita uma situação favorável para tentar apossar-se do poder total, eliminando as formas normais do próprio controle democrático-burguês sobre a coisa pública e sustando as atividades políticas dos partidos das classes trabalhadoras.

O fascismo não é só uma ideologia, ou um determinado movimento político, mas que é um conjunto de forças – às vezes aparentemente antitéticas -, contingências, momentos históricos, que permitem seu desenvolvimento oportunístico, o alcance do poder, e sua manutenção. Para FIORANI, o fascismo foi a manifestação mais espetacular da crise geral do liberalismo, e se apresenta perfeitamente como exasperação e degenerescência da democracia burguesa. Em resumo: (a) A modificação da forma estatal do domínio de classe da burguesia torna-se, às vezes, indispensável à sua subsistência, ou as condições objetivas apresentam-se tais que acabam favorecendo a modificação, qualquer que seja a situação subjetiva da burguesia. (b) Fruto específico da

⁸Cf. FONTANA, Remy J., Portal A Terra é Redonda, “Jair Bolsonaro e a hipótese (ou aposta) genocida”, de 01/03/21.

⁹Cf. FIORANI, Mario. Breve História do Fascismo. RJ: Civilização Brasileira, 1963, p. 176-178.

época da crise geral do capitalismo, é o fascismo um produto da luta de classe e dos contrastes imperialistas.

Segundo o autor, praticamente, não faltaram movimentos e partidos fascistas em nenhum lugar, sendo que nas Américas, houve, principalmente nos anos que precederam imediatamente a guerra, um verdadeiro brotar de partidos nazi-fascistas.¹⁰ O Canadá e Estados Unidos tiveram seus movimentos internos, principalmente, sob o aspecto de quintas colunas ou colaboracionistas. Ele lembra ainda os “Camisas Douradas” do Partido nacional-socialista mexicano; o Partido nacional-socialista argentino; os “civilistas”, no Peru, com suas camisas negras; a Falange Conservadora (de inspiração cristã) no Chile, onde não faltava um Partido nacional-socialista. Quanto ao Brasil, FIORANI destaca o que ele denomina de “o fascismo inepto da Ação Integralista de Plínio Salgado – com suas camisas verdes e braçadeiras com o Sigma”, que, segundo o autor, “foi arrasado pela ditadura realista de Getúlio Vargas”. Para saber mais sobre o assunto, vide os trabalhos de TRINDADE (FGV/s/d), BETIM (2019), ROSSINI (2019), etc., e sobre a atuação dos grupos integralistas atuais, vide o excelente estudo de CARNEIRO (2010), intitulado “O sigma na atualidade”.

A partir dessa ideia mais geral da noção clássica de fascismo, podemos interpretar aquilo que os intelectuais da USP denominam como o “fascismo à brasileira”, tendo como base os estudos de FILGUEIRAS e DRUCK (2020), além dos trabalhos de BOITO JR. (2019), GOUVEIA (2020), COWAN (2021), entre outros. Neste sentido, FILGUEIRAS e DRUCK defendem a tese de que “o governo Bolsonaro nasceu de extrema-direita, mas não nasceu fascista; ou seja, aos poucos, foi sofrendo um processo de fascistização, acelerado mais recentemente durante o período da pandemia”.¹¹

Para completar esse processo e implantar um regime de natureza fascista, Bolsonaro e os bolsonaristas teriam que dar um golpe e instaurar uma ditadura – como foi feito por Mussolini na Itália (1923) e Hitler na Alemanha (1933). (Os atos antidemocráticos de Bolsonaro corroboram com a tese). Segundo os autores, esse processo de fascistização decorreu da hegemonia do bolsonarismo no interior do governo, implicando, de um lado, a) a submissão/cooptação da extrema direita militar tradicional

¹⁰Cf. FIORANI, Mario. Breve História do Fascismo. RJ: Civilização Brasileira, 1963, p. 98, que dedica a nota de fim de página de nº 75-bis (na página 189) para falar um pouco mais da influência fascista no movimento integralista brasileiro.

¹¹Cf. Luiz Filgueiras e Graça Druck, A mudança de conjuntura e a resiliência de Bolsonaro, Le Monde Diplomatique Brasil (Acervo Online/Brasil), de 15 de julho de 2020.

(cujo apoio e participação são um dos determinantes da resiliência de Bolsonaro e de seu governo) e, de outro; (b) o expurgo de Sérgio Moro do governo (representante de outra corrente no interior da extrema-direita neofascista, identificada pela Lava Jato e segmentos do Poder Judiciário e do Ministério Público); e (c) a terceira corrente neofascista presente no governo, é representada pelos segmentos mais poderosos das Igrejas Evangélicas.¹² Principalmente suas denominações neopentecostais/neoliberais, plenamente identificadas com a “guerra cultural” e o “empreendedorismo” (teologia da prosperidade), se acomodou naturalmente ao processo de fascistização – tal como ocorreu com a extrema direita ultraneoliberal.¹³

A onda fascistizante do bolsanarismo

Os intelectuais da USP comparam bolsanarismo ao movimento integralista da década de 1930 no Brasil.¹⁴ Os professores da área de humanas da USP argumentam que a extrema direita brasileira atualiza, com particularidades históricas, discursos e estratégias da tradição fascista do país - visíveis no fundamentalismo religioso, na defesa da família patriarcal e no culto à violência -, que remonta ao integralismo liderado por Plínio Salgado. Os autores apontam algumas semelhanças, argumentando que a religião cristã e a família constituíam os pilares do projeto fascista brasileiro nos anos 1930. A partir da família patriarcal se ergueriam as bases da “família brasileira”, imersa nos princípios atemporais do cristianismo. Não à toa, o lema integralista era “Deus, Pátria, Família”, quando se colocava a pátria no meio dos dois sustentáculos da alma nacional —Deus e família— exatamente porque ela constituía, nos termos de Plínio Salgado, a “síntese do Estado e da nação”.¹⁵ Pátria Amada Brasil é o último verso do hino nacional, passando a fazer parte da nova marca do governo Jair Bolsonaro, que é acompanhada de

¹²Cf. Luiz Filgueiras e Graça Druck, A mudança de conjuntura e a resiliência de Bolsonaro, *Le Monde Diplomatique Brasil* (Acervo Online/Brasil), de 15 de julho de 2020, acrescentando que “a capilaridade dessas igrejas, presentes em todas as regiões e municípios do país, associada ao forte controle político-ideológico-cultural de seu ‘rebanho’, contribui, decisivamente, para a resiliência de Bolsonaro entre segmentos mais pobres e menos escolarizados”, afirmam os autores.

¹³Cf. Luiz Filgueiras e Graça Druck, A mudança de conjuntura e a resiliência de Bolsonaro, *Le Monde Diplomatique Brasil* (Acervo Online/Brasil), de 15 de julho de 2020.

¹⁴Cf. Folha de São Paulo, Edição Impressa, Caderno Ilustríssima, “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”, Vários Autores, de 9 de junho de 2020.

¹⁵Cf. Folha de São Paulo, Edição Impressa, Caderno Ilustríssima, “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”, Vários Autores, de 9 de junho de 2020.

uma ilustração estilizada da bandeira. O anúncio foi feito pelo próprio Bolsonaro, no Twitter, na noite de 04/01/2019, no seu quarto dia de mandato.

Portanto, a retomada da religião cristã —agora em versão neopentecostal—, da família e da pátria parece servir para rearticular um núcleo fascistizante de longa data na sociedade brasileira. Segundo os pesquisadores da USP, “é notória a relação existente entre Bolsonaro e parte dos líderes evangélicos. Uma aliança que repercute na popularidade de Bolsonaro entre os fiéis, assim como na adesão da chamada ‘bancada da Bíblia’ [no Congresso Nacional] aos projetos do governo federal”.¹⁶ Assim, a proximidade de Bolsonaro com um tipo de fundamentalismo religioso permite sublinhar a contraposição, tão cara às milícias virtuais alinhadas ao presidente, entre o “vagabundo” e o “pai de família”. Essa polaridade revela a intenção das hostes bolsonaristas de purificar violentamente a nação de seus “inimigos”. O uso da identidade nacional através de uma concepção imunitária e agressiva de corpo social. Unindo tudo, a obediência ao líder [Bolsonaro, o mito], percebido como uma encarnação da vontade nacional. Neste sentido, os intelectuais da USP concluem que “tal como o bordão deixa claro (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), a saída para acabar com a sangria do país, causada pela corrupção, crise na segurança pública e avanço do globalismo comunista¹⁷, envolve colocar uma suposta homogeneidade nacional acima de quaisquer outras identidades e compromissos, respeitando seu pilar fundamental —a religião cristã—, algo que vai ao encontro das tradições do fascismo à brasileira”. Deste modo o êxito de Bolsonaro “na guerra cultural” da pandemia levou Brasil a catástrofe histórica.¹⁸

¹⁶Cf. Folha de São Paulo, Edição Impressa, Caderno Ilustríssima, “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”, Vários Autores, de 9 de junho de 2020.

¹⁷Cf. Folha de São Paulo, Edição Impressa, Caderno Ilustríssima, “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”, Vários Autores, de 9 de junho de 2020, quando os intelectuais da USP afirmam que o integralismo não só era crítico ao crescente controle da economia pelo “estrangeiro”, como defendia a necessidade de forte intervenção do Estado na economia.

Segundo os autores, “como sabemos, o bolsonarismo defende o contrário: se apresenta estranhamente submisso a outro país —no caso, aos Estados Unidos. O ideólogo máximo do bolsonarismo, Olavo de Carvalho, vê no trumpismo a trincheira final da defesa da nação contra as garras do globalismo comunista —justificando, assim, o apoio de Bolsonaro a Donald Trump”. Ao mesmo tempo, Bolsonaro vem aprofundando a agenda neoliberal e desmontando o Estado (ideologia do Estado mínimo de Paulo Guedes), o que deixa os mais vulneráveis crescentemente desamparados frente ao mercado.

¹⁸Cf. BOITO JR., Armando. O neofascismo no Brasil. RJ: Univ. Federal Rural do RJ (UFRRJ), Boletim LIERI (Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais), Nº 1, maio de 2019, acrescentando que é preciso dar o devido destaque à crítica que fazem Olavo de Carvalho – principal ideólogo do neofascismo brasileiro – e os seus seguidores ao fato de a ditadura militar no Brasil não ter assumido o que eles denominam “a guerra cultural contra o marxismo”.

3. Contingências da pandemia no Brasil

Após a discussão sobre o caráter do regime político “fascista à brasileira”, que ganhou novos contornos com a pandemia no Brasil, caso *sui generis* no mundo, apresentamos agora alguns aspectos que consideramos essenciais para compreender as contingências geradas pelo Covid-19. E as respostas dadas pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido)¹⁹ no enfrentamento da crise sanitária, cujo negacionismo e sua política perversa e equivocada no combate à pandemia, resultou em mais de 500 mil mortes.²⁰ Até 2021, o País ocupava o segundo lugar no ranking mundial no número de óbitos, atrás somente dos Estados Unidos, proporcionalmente ao tamanho da população mundial.²¹

O Brasil poderia ter evitado o desastre se tivesse seguido, dentro da sua capacidade, os princípios básicos que garantiram o sucesso em vários outros países ou em raras regiões brasileiras ou mesmo em regiões dentro de outros países. A real razão do abismo que separa o Brasil de outros países é o fato de Bolsonaro ter feito exatamente o contrário do que fizeram, por exemplo, a Nova Zelândia, Austrália, Inglaterra e Portugal, apesar das diferenças sociais, econômicas e geográficas. Como testar a população, isolar contaminados e suspeitos de contaminação, e adotar medidas coordenadas de isolamento social, e não somente dar prioridade à economia com fins eleitorais.

Bolsonaro defendeu tratamentos sem comprovação científica e dividiu a população. Ele se recusou a negociar vacinas e promoveu repetidas aglomerações. Com 66 anos de idade, Bolsonaro se negou a tomar a vacina no Distrito Federal desde o dia 3 de abril de 2021. Um dos argumentos do presidente para não receber o imunizante é o fato de já ter contraído o vírus em julho de 2020. No entanto, casos de reinfecção têm

¹⁹Lembramos que Bolsonaro deixou o PSL (Partido Social Liberal, criado em 1994) em novembro de 2019 após desavenças com Luciano Bivar (PE), presidente nacional do PSL, por causa do controle do caixa e dos diretórios estaduais da sigla, já que Bolsonaro almeja ter um “partido para chamar de meu”. Além de outros fatores: denúncias de corrupção, oposição nas hostes internas, e desprezo do bolsonarismo aos partidos políticos e as instituições democráticas.

²⁰Cf. Folha de São Paulo (DF), “CPI afirma que há culpados pelas 500 mil mortes e que, se depender da comissão, eles serão punidos”, Renato Machado, de 19/06/21.

Importante lembrar que CPI da Covid-19, como ficou conhecida no Brasil, foi instalada em 27 de abril de 2021 no Senado Federal (com prazo previsto para a aprovação do relatório final em 07/08/2021, podendo ser prorrogada), e tem como finalidade apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas provocada pelo desabastecimento de oxigênio.

²¹Cf. Portalg1.globo.com, 19/06/2021, que destaca que o “Brasil tem maior tendência de alta nas mortes por Covid em mais de 75 dias, no dia em que supera meio milhão de vítimas”. De acordo com a reportagem, “País contabiliza 500.868 óbitos e 17.881.045 casos, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de Saúde.

sido registrados no Brasil, além de novas variantes do vírus. A resistência do presidente também decorre da sua desconfiança da eficácia dos imunizantes. Além de desestimular medidas para conter o contágio pelo vírus ao longo de toda a pandemia, Bolsonaro também, por diversas vezes, colocou em dúvida a segurança das vacinas, mesmo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar o uso de imunizações. Ele já trocou três vezes de ministros da Saúde desde quando começou a crise sanitária brasileira a partir de março de 2020, sem conseguir mudar de maneira eficaz o contágio e as mortes no Brasil.

Em relatório mundial divulgado em 13/01/2021, a Human Rights Watch afirmou que o presidente Jair Bolsonaro tentou sabotar medidas contra a disseminação da Covid-19 no Brasil e impulsionou políticas que comprometem os direitos humanos, forçando instituições, como o Supremo Tribunal Federal, o Congresso e os governos estaduais, a intervir nas decisões do Executivo.²² Na 31ª edição do documento, que analisa a situação dos direitos humanos em mais de 100 países, com 761 páginas, o relatório ressalta que Bolsonaro minimizou a Covid-19, chamando-a de “gripezinha” e disseminou informações incorretas. E tentou sabotar os esforços para desacelerar a disseminação da Covid-19 no Brasil em 2020 e tomou medidas que prejudicam diretamente os direitos humanos.²³

A linha de tempo mais macabra da história da saúde pública do Brasil emerge da pesquisa das normas produzidas pelo Governo Bolsonaro relacionadas à pandemia de Covid-19, de acordo com o estudo do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, e obtida com exclusividade por EL PAÍS. Num esforço conjunto, desde março de 2020, o CEPEDISA e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, se dedicam a coletar e esmiuçar as normas federais e estaduais relativas ao novo coronavírus, produzindo um boletim chamado “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil”.²⁴ O Boletim nº10, de 20 de janeiro de 2021, analisou

²²Cf. Folha de São Paulo, Edição impressa, “Bolsonaro tenta sabotar medidas contra Covid-19, diz relatório da Human Rights Watch”, Thaiza Pauluze, de 13 de janeiro de 2021.

²³Cf. Folha de São Paulo, Edição impressa, “Bolsonaro tenta sabotar medidas contra Covid-19, diz relatório da Human Rights Watch”, Thaiza Pauluze, de 13 de janeiro de 2021.

²⁴Cf. ASANO, Camila Lissa [*et.all.*], Direitos na pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídica de resposta à covid-19 no Brasil, São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP e Conectas Direitos Humanos, Boletim nº. 10, de 20/01/2021. 56p.

3.049 normas relacionada à Covid-19 que foram editadas no âmbito da União em 2020. Nesta edição especial, fazem uma afirmação contundente: “Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”.²⁵ Há intenção, há plano e há ação sistemática nas normas do Governo e nas manifestações de Bolsonaro, segundo aponta o estudo.

De acordo com o Boletim, “não é possível mensurar quantas das mais de 212.000 [hoje, já são perto de 600 mil] mortes de brasileiros poderiam ter sido evitadas se, sob a liderança de Bolsonaro, o Governo não tivesse executado um projeto de propagação do vírus. Mas é razoável afirmar que muitas pessoas teriam hoje suas mães, pais, irmãos e filhos vivos caso não houvesse um projeto institucional do Governo brasileiro para a disseminação da Covid-19”²⁶, reforça o documento.

Bolsonaro jamais apresentou um plano nacional integrado com estados e municípios para o combate à pandemia. Além disso, escondeu dados da imprensa e espalhou desinformação (*fake news*). Nas suas *lives* semanais (nas quintas-feiras) atacou as restrições impostas pelos governadores para conter a pandemia e os ameaçava com o corte de recursos. Deu declaração, a programas sensacionalistas simpáticos a ele na TV, que podia colocar as Forças Armadas na rua para acabar com o “estado de sítio”, provocado pelo toque de recolher dos governadores, numa clara alusão ao uso da força dos tempos do arbítrio. (Usa de *fake news* ao comparar toques de recolher decretados por governadores para conter a pandemia ao estado de sítio, medida de exceção prevista na Constituição Cidadã de 1988). Era avesso a conceder entrevistas coletivas ou explicações à sociedade sobre a política sanitária no acompanhamento diário da crise pandêmica.

A mesma omissão vimos no Ministério da Saúde, cuja falta de transparência na divulgação das informações sobre a extensão do número de infecções e mortes eram divulgados diariamente por um consórcio de imprensa, formado por G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL, em parceria com as secretarias de Saúde estaduais e do Distrito Federal. O consórcio de imprensa passou a partir de junho de 2020 a coletar nas secretarias de Saúde, e divulgar em conjunto, números sobre mortes

²⁵Cf. El País, “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”, Elaine Brum, de 21/01/2021

²⁶Cf. El País, “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”, Elaine Brum, de 21/01/2021.

e contaminados, em razão da sonegação de informação do Ministério da Saúde.²⁷ Com isso, Bolsonaro não prestava contas à sociedade.

Falta de Plano Nacional e medidas de restrições

Somos uma nação de dimensões continentais. Mas a falta de ação, ou melhor, a incapacidade de o governo agir diante de tremenda tragédia, colocou o Brasil no topo do ranking mundial no número de óbitos. Bolsonaro minimizou o coronavírus, que ele chamou de “uma gripezinha” ou de “País de maricas”, e fez campanha contra o *lockdown*. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade em 15 de abril de 2020 que estados e municípios têm autonomia para determinar o isolamento social em meio à pandemia do coronavírus.

Pela medida, a Suprema Corte brasileira permitiu ainda que os entes da federação decidam quais são os serviços essenciais que podem funcionar durante a crise. Na sessão, os ministros analisaram uma ação que questionava medida provisória na qual o governo estabeleceu que decisões sobre o isolamento e a circulação de pessoas e mercadorias deviam observar critérios do Executivo federal e serem submetidas à avaliação da Anvisa. Tese defendida sem sucesso por Bolsonaro para se omitir na tomada de decisões de combate à pandemia, optando deliberadamente em se esquivar em adotar uma estratégia nacional de *lockdown* para conter o contágio e evitar o número de mortes, que não pararam de crescer. O presidente Jair Bolsonaro já usou o Twitter para disseminar essa informação falsa (junho de 2020). Ele se utilizava dessa justificativa para dizer aos seus apoiadores e nos eventos oficiais e aparições públicas, que o STF o impedia de agir, querendo com isso justificar a sua omissão no combate à pandemia.²⁸

Praticamente um ano depois, sem conseguir implementar um plano nacional contra a pandemia em sintonia com os 26 estados da Federação e com o Distrito Federal (Brasília), em 27 de maio de 2021, Bolsonaro ingressou novamente no STF para barrar *lockdown* e toque de recolher em três estados: Rio Grande do Norte, Pernambuco e

²⁷Cf. Portal: g1.globo.com, “Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19”, de 08/06/2020, e justificam tal iniciativa, argumentando que “o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, deveria ser a fonte natural desses números, mas atitudes recentes de autoridades e do próprio presidente colocam em dúvida a disponibilidade dos dados e sua precisão”.

²⁸Cf. Portal Piauí. Folha. Uol, “É falso que STF afastou Bolsonaro do controle de ações estratégicas contra pandemia de Covid-19”, Nathália Afonso, de 01/07/21.

Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/01/verificamos-stf-bolsonaro-covid/>. Acesso em 26/06/21.

Paraná. Embora derrotado, Bolsonaro chegou a ameaçar baixar um decreto contra as medidas restritivas de governadores e prefeitos e até sinalizar que poderia acionar o Exército para o cumprimento da determinação. Numa clara demonstração de estar agindo somente em defesa de seus interesses eleitoreiros e com total descaso com número acelerado de vítimas, quando o país enfrentava o colapso no sistema de saúde, com o fechamento de UTIs e a crise de oxigênio em Manaus.²⁹

Esvaziamento do Ministério da Saúde

Uma das hipóteses para a explosão de vítimas da Covid-19 no Brasil era a constante interferência de Bolsonaro no Ministério da Saúde e a sua falta de autonomia no combate à pandemia. Ele é acusado pela CPI da Covid-19 de montar um “gabinete paralelo” na tomada de decisões. Ao todo, foram demitidos três ministros da Saúde desde que começaram a surgir os primeiros casos de morte pelo coronavírus no País em março de 2020. Dois deles, por discordar da política de isolamento social defendida pelo governo, bem como do uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento da doença, de acordo com a orientação da OMS. Os ministros demitidos, os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, eram a favor da aprovação emergencial de vacinas pela Anvisa, bem como da sua aquisição imediata. Na contramão do presidente, que adiou ao máximo a compra das vacinas da Pfizer até 2021, espalhando *fake news* contra a CoronaVac e impedindo a sua aquisição pelo Ministério da Saúde, fato só contornado devido a pronta ação do governo paulista e do Instituto Butantan, com o apoio da opinião pública.

Enquanto que o terceiro, da sua irrestrita confiança, o general Eduardo Pazuello, que ficou no cargo por dez meses, e que foi exonerado por incompetência em março de 2021, é acusado juntamente com o presidente da República de genocídio, motivo da instalação da CPI no Congresso Nacional. O substituto de Pazuello, o médico cardiologista Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia tomou posse em 23 de março de 2021, e era fiel a política de Bolsonaro e amigo da família do presidente. Queiroga reforçou a proximidade que tem com Bolsonaro antes mesmo de o atual governo assumir as rédeas do país. O cardiologista

²⁹Cf. Folha de São Paulo (DF), “Bolsonaro vai ao STF para barrar lockdown e toque de recolher em três estados”, Daniel Carvalho, Ricardo Della Coletta e Matheus Teixeira, de 27 de maio de 2021.

integrou, como convidado, a equipe de transição, dando apoio técnico na área da saúde.³⁰ Mais recentemente, foi nomeado para assumir uma posição na diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. (Queiroga foi indicado por Bolsonaro e, para ocupar uma das cinco cadeiras da diretoria da agência, teria de ser sabatinado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a pandemia, porém, empacou a sabatina e a ida de Queiroga à ANS). Em um *post* publicado em 2019, com uma foto de Bolsonaro e do ex-deputado federal e ícone do conservadorismo nacional, Enéas Carneiro, Queiroga elogia os dois e disse ter sido aluno de Enéas.

O médico e ortopedista, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), ex-deputado federal por Mato Grosso do Sul (2011/2019), foi Ministro da Saúde entre 1º de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2020, quando foi demitido por Bolsonaro após divergências com o presidente quanto à política de isolamento social no período da pandemia de COVID-19. E também por discordar do uso da cloroquina e outros medicamentos de ineficácia comprovada no tratamento precoce da doença, conforme recomendação da OMS. Ele foi substituído pelo médico oncologista, consultor em saúde e empresário Nelson Teich, que não durou muito no cargo, pouco mais de um mês (ocupou a pasta da Saúde de 17 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020). Teich se demitiu do ministério praticamente pelos mesmos motivos de Mandetta, após ser contrariado pelo presidente Jair Bolsonaro acerca do uso da cloroquina em pacientes com sintomas leves de coronavírus e da adoção de uma política de isolamento horizontal no país (modelo semelhante ao da Coreia do Sul, como forma de conter os avanços da epidemia).³¹

Considerações finais

Ao terminar este artigo, gostaríamos de dizer que o negacionismo, o pouco-caso, a incompetência e as violações das leis por parte do governo de Bolsonaro foram responsáveis pela triste marca de mais 500 mil mortos pela Covid – 19 no Brasil.

³⁰Cf. Folha de São Paulo (Gonçalves/MG e Recife/PE), “Saiba quem é Marcelo Queiroga, o novo ministro da Saúde de Bolsonaro”, Dhiego Maia e João Valadares, de 14 de março de 2021.

³¹Cf. Nelson Luiz Sperle Teich, “COVID-19: Como conduzir o Sistema de Saúde e o Brasil”, ICTQ (SP), de 24 de abril de 2020.

De acordo com ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade), o artigo do ex-ministro da Saúde foi publicado originalmente em seu perfil pessoal no LinkedIn em 24 de março de 2020.

Fonte: <https://www.ictq.com.br/opiniao/1450-covid-19-como-conduzir-o-sistema-de-saude-e-o-brasil>. Acesso em 04/07/21.

A pesquisa procurou apresentar as características *sui generis* de nossa pandemia, pois além de se constituir em uma tragédia sem precedentes em nossa história, marcou a ação política e sanitária de um governante de perfil fascista e genocida. A expressão “fascismo à brasileira” resume bem, em linhas gerais, o sentido do regime político nascido com bolsonarismo na pandemia. O que nos confronta com uma crise ética e civilizacional de igual gravidade, cujos crimes, certamente, não ficarão impunes.

Numa palavra: estamos todos perdendo com a negligência criminosa do governo Bolsonaro. O negacionismo, o pouco-caso, a incompetência, crimes contra a saúde da população e violações de tratados internacionais colocaram o Brasil em uma situação tão delicada quanto vergonhosa. Essas são apenas algumas das questões apontadas em nosso estudo, quando analisamos as ações genocidas ou omissões do governo Bolsonaro durante a pandemia. Portanto, precisamos, desesperadamente, de um antídoto contra a barbárie.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Violência racial e a construção social do “genocídio da população negra”. Caxambu (MG): 41º Encontro Anual da Anpocs, SPG 27: Questão racial: desigualdade, conflito e poder, de 23 a 27 de outubro de 2017.

ASANO, Camila Lissa [*et.all.*]. Direitos na pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídica de resposta à covid-19 no Brasil. São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP e Conectas Direitos Humanos, Boletim n.º. 10, de 20/01/2021. 56p.

BETIM, Felipe. Do bolsonarismo ao integralismo, como a extrema direita se organiza na Internet. EL PAÍS, de 29 de dezembro de 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília (DF): Editora da UnB, 1986.

BOITO JR., Armando. O neofascismo no Brasil. RJ: Univ. Federal Rural do RJ (UFRRJ), Boletim LIERI (Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais), N.º 1, maio de 2019.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. O sigma na atualidade. Juiz de Fora (MG): Locus: revista de história, v. 30, n.1, 2010.

COWAN, Benjamin. Moral Majorities Across the Americas: Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right. Universidade da Califórnia em San Diego: Editora The University of North Carolina Press, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo [Online], vol.12, n.23, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz e DRUCK, Graça. A mudança de conjuntura e a resiliência de Bolsonaro. Le Monde Diplomatique Brasil (Acervo Online/Brasil), de 15 de julho de 2020.

FIORANI, Mario. Breve História do Fascismo. RJ: Civilização Brasileira, 1963.

FONTANA, Remy J. Jair Bolsonaro e a hipótese (ou aposta) genocida. Portal A Terra é Redonda, de 01/03/21.

GOUVEIA, Virgínio. As imagens do fascismo no espelho. Le Monde Diplomatique Brasil (Acervo Online), de 22 de dezembro de 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. RJ: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Violenta falta de ação diante do coronavírus é genocídio, sim; isso é crime. Colaboração para Universa/Portal UOL, de 24/07/2020.

POWER, Samantha. Genocídio - A retórica americana em questão. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

RAMOS, Paulo César. Resenha: NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. - Teresina (PI): Revista Conexão Política, v. 8, n. 1, 93 – 95, jan./jun. 2019.

RODRIGUES, Sérgio. Bolsonaro é genocida ou não é? SP: Folha de São Paulo, edição impressa, de 17 de março de 2021.

ROSSINI, Maria Clara. O que foi (e ainda é) o integralismo brasileiro? SP: Superinteressante. 30 de dezembro de 2019.

SANTOS FILHO, Marcos César Barbosa dos. O Conceito de genocídio na História Brasileira: a visão atual de violência e racismo de Abdias do Nascimento. Brasília (DF): UNIEURO - Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Estudo sobre Violência, 2016.

SINGER, André [et.all.]. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. SP: Folha de São Paulo, Edição Impressa, Caderno Ilustríssima, de 9 de junho de 2020.

STEDILE, João Pedro. Um governo insano e genocida. Portal A Terra é Redonda, de 12/01/2021.

TEICH, Nelson Luiz Sperle. COVID-19: Como conduzir o Sistema de Saúde e o Brasil. SP: ICTQ, de 24 de abril de 2020.

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as): abpnrevista.org.br. v.1, 2010, p. 36.

VENTURA, Deisy, AITH, Fernando e REIS, Rossana. Propagação da Covid-19 no Brasil foi intencional. SP: Folha de São Paulo, de 20 de março de 2021.